

CADERNOS DE GEOGRAFIA

INSTITUTO DE ESTUDOS GEOGRÁFICOS
FACULDADE DE LETRAS ◊ UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA 1998 N.º 17

HOMENAGEM AO DOUTOR J. M. PEREIRA DE OLIVEIRA



MEMÓRIA, HERANÇA, PATRIMÓNIO E PAISAGEM

Helder Marques e Luís Martins*

Uma cidade histórica e nela, particularmente, o seu centro histórico, não o é só por força do peso da história e da Geografia. Não é possível hoje compreender uma realidade susceptível de uma classificação com tantas implicações culturais, políticas, sociológicas e económicas, que não a considere, agora sim, no âmbito das realidades vivenciais contemporâneas da própria intervenção, sem considerar aquilo a que se pode chamar ambientes urbanos, ao fim e ao cabo, as paisagens urbanas vivas. São estes espaços "construídos" e vividos ao longo dos tempos pelas sucessivas gerações, que os legaram de umas para as outras, plasmando a cada momento um pouco de cada uma delas e onde o equilíbrio do todo como espaço vivido deve ser entrevisto também numa perspectiva de adaptação conservada entre o peso dos valores histórico-culturais que nele se inscreveram e a qualidade de vida dos actuais urbanitas. Por outras palavras, a categoria ontológica de um qualquer espaço urbano não pode deixar de ser um complexo de ambientes, existentes mas vivos, isto é, não pode ser perspectivado e transformado num museu ao ar livre, nem mais ou menos num romântico museu de uma chamada ecologia humana.

J. M. Pereira de OLIVEIRA

José Manuel Pereira de Oliveira, entre tantos interesses científicos que persegue e sabe incutir naqueles que lhe estão mais próximos, sempre colocou em grande destaque os temas do património e da cultura, entendidos como referenciais de primordial importância no e para o desenvolvimento quer do Homem quer das sociedades. Dos diversos percursos que nos foram sugeridos, do que nos foi possível partilhar, da investigação científica que fomos realizando, ficou, também sobre este tema, uma grande vontade de aprendizagem, que, por motivos vários, nem sempre foi possível alimentar. Como reconhecimento e testemunho da atenção prestada, esta ocasião parece-nos oportuna para esboçar uma reflexão sobre algumas das perspectivas por ele enunciadas em diversos colóquios, artigos, ou seminários.

O tema é, na actualidade, percorrido por um vasto leque de abordagens, tanto mais diversificadas e numerosas quanto mais alargado tem sido o entendimento do que é definível como património. Neste curto texto, vamos apenas eleger como temática de discussão três aspectos que nos parecem fundamentais. Em primeiro lugar, o recente e rápido crescimento da produção patrimonial que se tem operado sincronicamente com a hegemonização e

homogeneização dos padrões culturais, onde a vertente massificadora e mercantil emerge, ou se se quiser, o património surge também como componente da produção material. Em segundo lugar, vamos, em síntese, fazer referência, nas suas grandes linhas, à evolução do conceito, essencialmente de raiz material na sua génese, enquanto forma consubstanciadora da identificação e conservação de marcas e referências de ligação entre gerações, ou seja, enquanto modo de identificação das nações ou dos grupos sociais, até aos aspectos mais amplos e mais recentes que vão desde o património genético à preservação das paisagens. Por fim, são abordados os traços fundamentais da penetração e formatação conceptual ocorrida em Portugal, com especial destaque para o contributo do património enquanto referência da exaltação da nacionalidade.

1. GLOBALIZAÇÃO E LOCALISMOS

A preservação da herança comum na esfera do cultural ou do natural, por via da conservação das sequências de passado, é anacronicamente definida, porque conceptualizada no presente. É, portanto, o valor simbólico no presente que confere a perenidade ou o efémero. O tempo presente, é, neste aspecto, mais pesado que o tempo passado, mas também é o "actual presente" que mais descola dos passados porque vive um maior sentimento de perda e até de nostalgia.

A rapidez com que no pós-guerra se aprofundou a mundialização da economia sobre os caboucos quinhentistas

* Departamento de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e GEDES (Gabinete de Estudos de Desenvolvimento e Ordenamento do Território) – Projecto Acinp (Atlas das Cidades do Norte de Portugal), coordenado pelo Prof. Doutor José Manuel Pereira de Oliveira.

da economia-mundo, gerando a globalização dos mercados, a voracidade de circulação de mercadorias, de capitais e informação ou, a possibilidade de as decisões serem tomadas quase em tempo real, teve também como consequência a padronização da cultura. A homogeneização tem sido sinónimo da dominância do modelo Norte-Americano, dos valores do liberalismo e tem assentado na pontualização dos focos difusores, através do controle de poderosos meios de comunicação de massa, por uma cada vez mais omnipresente indústria cultural. É a unificadora “cultura global” *Walt Disney, Spielbergiana* ou *MacDonald's*, quase sempre sobreponível às diferenças, que modela em quase todo o mundo o consumo cultural, que rendibiliza o tempo livre, que promove o direito ao consumo e o eternamente jovem em modelos de existência a perseguir.

O aumento do poder de compra que se verificou no período dos “trinta gloriosos”, possível pelo crescimento dos salários reais, pela democratização e pelo prolongamento da escolaridade, possibilitou o consubstanciar do património numa das componentes essenciais das novas formas de consumo que se seguiram aos ciclos de equipamento do lar (mobiliário e electrodomésticos) e de aquisição de automóvel. A partir dos anos 80, com o abrandamento do crescimento económico, a cultura passou a ser também considerada como parte integrante das estratégias de desenvolvimento regional a longo prazo. O aprofundamento da construção europeia na medida em que flexibilizou os movimentos transfronteiriços reduzindo o significado das fronteiras nacionais, passou a conferir novo destaque e uma enorme importância às afirmações culturais regionais, na medida em que asseguram escalas diferenciadas de coesão e identificação de novos conteúdos territoriais dos estados europeus.

O emprego no sector cultural disparou e as despesas familiares são actualmente neste campo significativas. As culturas e o património são também, portanto, bens de consumo, sendo este último uma componente essencial da oferta turística, actividade cujo peso na economia é cada vez maior.

Se, na Europa, as políticas de conservação têm larga tradição, emanando essencialmente do Estado, quer pelo peso relativo na despesa pública ou pela necessidade de concertação de estratégias e objectivos económicos, financeiros, pedagógicos ou de investigação científica, a promoção das culturas locais – que eram sobretudo raiz e memória inerte – só recentemente se têm associado às questões de desenvolvimento local na medida em que as suas referências são mais restritas e circunscritas territorialmente, o que não significa que a sua leitura e difusão não seja igualmente sobretudo de promoção institucional. Consubstanciam-se em identidades locais de fronteiras às vezes fluidas, outras vezes sobrepostas, em sentimentos de partilha e de pertença visíveis na esfera do simbólico, no sedimentar dos laços que referenciam uma comunidade a um espaço determinado, a um “lugar”. As culturas locais

definem-se ainda relacionamente pelo assumir da diferença de forma a recriar e para recriar um “sentido de lugar”. Assegurar a sua perenidade é também encurtar os laços comuns com o passado mais ou menos longínquo, estabelecer nexos de continuidade com ele, rever-se nele, tornar explícita a existência de uma memória colectiva (que tanto pode transparecer no artesanato ou na recuperação da arquitectura vernácula), evitando que o particular e específico se volatilize face aos valores estandardizados de nenhum e de todos os lugares.

Esta identidade não é, em si, imanente, mas, pelo contrário, vai também sendo construída pela acção do presente. A sua materialização, na passagem de ideia a memória e, portanto, a património, pressupõe uma retórica moralizadora e de auto-estima, a defesa voluntarista de enraizamentos profundos, além de um quadro ideológico de referência dependente das opções políticas tomadas a diferentes níveis de decisão, desde os governos às mais pequenas comunidades. Mas, se a globalização tende a reduzir as culturas locais ao exótico, as estratégias da afirmação das culturas locais tendem igualmente a exteriorizar-se. Na procura de visibilidade tendem a mediatizar os objectos do património, a percorrer lógicas de concorrência entre si, a promover exposições temáticas, concursos vitícolas, gastronómicos, etc. de forma a manter ou gerar capacidade atractiva.

O património é agora também entendido pela maioria dos territórios excêntricos aos principais pólos urbanos, quer se trate dos espaços serranos ou de outras áreas em perda demográfica e económica, como um dos eixos fundamentais na promoção de desenvolvimento e de melhoria da qualidade de vida das populações locais, possível através da diversificação das fontes de rendimento. A revitalização das áreas centrais dos pequenos aglomerados urbanos, pela preservação do edificado, pela animação cultural e pela diversificação das formas de lazer fazem não só parte do imaginário dos poderes locais, como constituem componente de acção. Mas esta opção não é, nem tem sido, isenta de riscos, movendo-se entre o potenciar da rendibilização, sobretudo quando o sucesso tem sido maior, e as “resistências” à formulação da própria ideia de património, como é corrente em muitos dos pequenos aglomerados rurais.

No primeiro caso porque, ao procurar reduzir-se modos de vida plurifacetados a esteriótipos que se ajustem à vulgata do tradicional e do típico, à ideia que os outros – os consumidores – transportam, se tem verificado, às vezes, uma excessiva tendência para a formatação museológica, demasiado materializada e até redutora do essencial. A mostra indiscriminada de artefactos, por se terem constituído em passado não opera por si só a passagem do imaterial para o domínio do visível (GUILLAUME, 1990). Por outro lado, esta tendência para produzir cidade apenas pelo restauro das condições pré-existentes, seguindo uma perspectiva demasiado paralisante do tempo, dificulta também o confronto com novas linguagens arquitectónicas,

capazes de sincronizar os tecidos urbanos e operar a partição ou complementaridade entre passado e presente.

No segundo caso, por regra onde os traços de modernidade estão menos presentes, a conservação do que é passível ser entendido por património – até mesmo o facto de se tratar de património –, é de difícil apreensão por parte das populações. A valoração do que é tradicional é sentida como definição exterior, sendo na comunidade local a concepção de património associada a tudo que é retrógrado, lembrando os estados de carência múltipla muitas vezes de vivência tão próxima, a precariedade material da existência, que só a recente desruralização, como o advento da modernidade aliviou. O desejo de aceder aos padrões e estilos de vida que associam à ideia de progresso é, às vezes, bem mais forte do que a vontade de preservar os precipitados materiais da cultura ou culturas locais, somente julgados relevantes porque esteticamente destacáveis pelos outros, quer se trate dos poderes exteriores ou de um ou outro exemplo de fruição do campo como opção de vida pelos neo-rurais em ruptura com a “tecnocracia amórfica” da grande cidade.

2. O ALARGAMENTO DE UM CONCEITO

A noção de património é cada vez mais abrangente, tendo-se alargado do material ao imaterial, do objecto localizado ou do simples monumento evocativo, a conjuntos territoriais mais vastos, às paisagens e até mesmo, aos códigos genéticos e à biodiversidade. Dito isto, pode parecer que se caminhou do simples ao complexo e que a ideia de protecção apenas compareceu recentemente. Ora, o que é novo é apenas a visão integradora globalizante e a intensidade ou o drama com que, sobretudo na segunda metade deste século, se vive a perda.

A protecção da natureza é recorrente quase desde o neolítico, se bem que se tenha centrado praticamente de forma exclusiva na protecção de recursos quer se tenha tratado da caça ou da regeneração florestal. Mais tarde, as ideias transcendentais de natureza “pura”, ou de harmonia da natureza de raiz divina, na esteira do romantismo e naturalismo de Humboldt, conduzem a acções pontuais de protecção de paisagens de alto valor estético ou de santuários naturais ainda não tocados pela acção humana. Aqui é a noção de dádiva, entendida como legado ou como oferta, que prevalece, tendo a transmissão às gerações seguintes o significado de herança a preservar. Depois são as associações naturalistas de protecção da natureza que, emergindo no dealbar do séc. XX, reúnem esforços para a criação de reservas que possibilitem evitar a extinção de espécies em risco (LEFEUVRE, 1990) e que estão na base do Iº Congresso Internacional para a Protecção da Natureza, realizado em 1923 em Paris.

Estas iniciativas pioneiras e voluntaristas vão, a partir dos anos 60, quando o poder político começa a tomar consciência da fragilidade ambiental em que assentava o

crescimento económico, encontrar suporte legal, nomeadamente no que se refere à criação dos primeiros parques naturais, ainda herdeiros de uma visão dicotómica de uma natureza primeira, portanto cristalizável, e uma natureza segunda, portanto utilizável, posição que, como se sabe, se vai esbatendo face à crescente consciencialização colectiva da indissociabilidade Homem/Natureza e das fronteiras que balizam o livre arbítrio da acção humana.

Se a ideia de protecção da natureza é, como vimos, muito antiga, só no renascimento e por via da pintura Flamengo o conceito de natureza enquanto ideia pura se transforma em facto, em objecto visível, e, enquanto representação da natureza, se transforma em paisagem. Se foi a arte que a partir de quatrocentos verteu o campo em paisagem, a mitificação do campo enquanto bem de consumo somente se massificou no pós-guerra, o que, paradoxalmente, ocorreu em sintonia com a fase da sua mais profunda degradação estética. A beleza da paisagem rural é uma invenção urbana, de cidadãos, até porque a esmagadora maioria dos camponeses privilegiam, no reconhecimento estético do meio em que vivem, os elementos que fazem sentido do ponto de vista da produção agrícola (ROGER, 1997). A palavra paisagem soa mais como conjunto de normas restritivas impostas do exterior (construção, adubação química, etc.), enquanto fórmula limitadora da liberdade individual.

O declínio da agricultura camponesa, pela submissão do campo a lógicas produtivistas, determinou o esvaziamento dos espaços serranos e operou transformações nos sistemas de cultura através da tendência para a especialização e monocultura ou, em termos de paisagem rural, para a monotonia de horizontes e isomorfismos que transparecem nos milhares de hectares ininterruptos de pastagens artificiais, nos imensos campos de cereais, na horticultura intensiva, nos perímetros de rega ou nas geométricas florestas de produção.

Embora, a paisagem rural dos nossos dias não possa nem deva ser lida apenas como resultante das modificações operadas nas últimas décadas, dado que também foram importantes as que anteriormente ocorreram, no séc. XVI e sobretudo no XIX, parece evidente que estas nunca anteriormente tinham sido ao mesmo tempo tão rápidas, porque praticamente se fizeram no decurso de uma geração, nem tão profundas, a ponto de serem os conjuntos paisagísticos anteriores às políticas produtivistas do pós-guerra, redutora e amalgamadamente designados como *tradicionais*.

Fora deste *tradicional* estão também os regimes intensivos de produção animal, alicerçados na manipulação genética e não nos processos de selecção natural ditos empíricos, a exemplo do “melhoramento” genético dos bovinos de leite e carne, ou dos pequenos ruminantes e que fez desaparecer ou que, pelo menos nalguns casos, teve como consequência a quase extinção de raças menos produtivas. Algumas destas raças autóctones só recentemente têm sido valorizadas (rendibilizadas), através de

associação de produtores, constituindo-se como bem económico (por via da certificação) e identificadas como património do mundo rural. Ao serem protegidas por indicações de proveniência geográfica, possibilitam assim a manutenção de um património genético que, dada a sua boa adequação mesológica e territorialidade específica importa preservar¹.

A evolução das políticas conducentes à preservação do património monumental e arquitectónico, por outro lado, só aparentemente trilhou caminhos muito distintos dos seguidos pelas restantes componentes patrimoniais. Desde as iniciativas levadas a cabo no século passado visando a reorganização das artes e do respectivo ensino, quando se generalizava a institucionalização do ensino público, e numa altura em que as exaltações nacionalistas das últimas décadas de oitocentos, na fase de expansão colonial, atingiam o auge, que se assiste a um crescente interesse pelos feitos heróicos e pelos símbolos monumentais o que não foi contraditório com a promoção dos meios técnicos e tecnológicos que, em grande medida e simultaneamente, foram os principais estimuladores das exposições universais.

Um dos primeiros documentos de referência² é a designada Carta de Atenas, de 1931, que exprime as conclusões da conferência promovida pelo Serviço Internacional de Museus, organismo dependente da Sociedade das Nações (LOPES, 1996, p. 12). A carta visa promover a protecção dos monumentos tentando respeitar a obra histórica e artística do passado, sem proscrever o estilo de qualquer época³. A Conferência é não só pioneira como vanguardista, na medida em que se refere a cuidados a ter na construção de edifícios sobretudo na vizinhança de monumentos, ao respeito de certos conjuntos... particularmente pitorescos e ao papel da educação no consubstanciar desse respeito.

No pós-guerra, avultam as cartas e convenções produzidas a partir de iniciativas da UNESCO e do Conselho da Europa. Em 1954, esta última instituição, assina, em Paris, a Convenção Cultural Europeia para o estudo mútuo entre países através da língua, da história e da civilização, enquanto a Unesco promove a Convenção de Haia para a Protecção dos bens culturais em caso de conflito armado. Foram considerados bens culturais independentemente da origem ou da propriedade: “os bens, móveis ou imóveis, que apresentem uma grande importância para o património

cultural dos povos, tais como os monumentos arquitectónicos, artísticos ou históricos, religiosos ou laicos, os sítios arqueológicos, os conjuntos de construções que, enquanto tal, apresentem um interesse histórico ou artístico, as obras de arte, os manuscritos, livros e outros objectos de interesse artístico, histórico ou arqueológico, assim como as colecções científicas e as colecções importantes de livros, arquivos ou de reproduções de bens...”.

Na Carta de Veneza, de 1964, o tema é a conservação e o restauro de monumentos e sítios, representando um muito significativo alargamento ao nível dos conceitos. Aqui, a noção de monumento histórico compreende a criação arquitectónica isolada bem como o sítio urbano ou rural que é testemunho duma civilização particular, duma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Estende-se não só às grandes criações como às obras modestas que adquiriram com o tempo um significado cultural. O preâmbulo enquadra esta definição exortando à unidade dos valores humanos e à partilha e responsabilização solidária de um património comum a transmitir a gerações futuras⁴.

O crescente abandono das áreas mais transformadas em detrimento de operações de especulação imobiliária amarradas às novas acessibilidades, teve como resultante um crescendo de preocupação com a necessidade de reutilizar e proceder à revitalização das áreas que se foram desqualificando de forma a promover o retorno à cidade tradicional ou ante-modernista.

Seguiram-se, no âmbito do Conselho da Europa, convenções sobre o Património Arqueológico (Londres, 1969 e La Valeta, 1992), Património Arquitectónico (Amsterdão, 1975; Granada, 1985) ou Arquitectura Rural (Granada, 1976), enquanto sob os auspícios da Unesco foram realizados encontros para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural⁵ (Paris, 1972) (Fig. 1) ou a

⁴ A Carta de Veneza foi aprovada no decurso do II Congresso Internacional de Arquitectos e Técnicos de Monumentos Históricos, reunido em Veneza de 25 a 31 de Maio de 1964.

⁵ I. DEFINITIONS DU PATRIMOINE CULTUREL ET NATUREL
ARTICLE 1

Aux fins de la présente Convention sont considérés comme “patrimoine culturel”:

– les monuments: oeuvres architecturales, de sculpture ou de peinture monumentales, éléments ou structures de caractère archéologique, inscriptions, grottes et groupes d’éléments, qui ont une valeur universelle exceptionnelle du point de vue de l’histoire, de l’art ou de la science,

– les ensembles: groupes de constructions isolées ou réunies, qui, en raison de leur architecture, de leur unité, ou de leur intégration dans le paysage, ont une valeur universelle exceptionnelle du point de vue de l’histoire, de l’art ou de la science,

– les sites: oeuvres de l’homme ou oeuvres conjuguées de l’homme et de la nature, ainsi que les zones y compris les sites archéologiques qui ont une valeur universelle exceptionnelle du point de vue historique, esthétique, ethnologique ou anthropologique.

ARTICLE 2

Aux fins de la présente Convention sont considérés comme “patrimoine naturel”:

– les monuments naturels constitués par des formations physiques et

¹ As medidas agro-ambientais resultantes da reforma da PAC de 1992 têm como objectivo, além da diminuição dos efeitos poluentes da agricultura, apoiar a manutenção dos sistemas agrícolas tradicionais extensivos, onde se incluem os sistemas policulturais do Norte e Centro, a fruticultura tradicional ou o apoio à manutenção das raças autóctones ameaçadas de extinção.

² Ainda que desde o século XIX tenha sido promovida a discussão por Ruskin, Viollet-le-Duc ou Morris, e produzida diversa legislação, em diferentes países da Europa, tendente a proteger ou reconstruir o património, sobretudo monumental, frequentemente encontrado em decadência. Peter LARKHAM, na obra *Conservation and the city*, refere-se a estas e outras perspectivas no sub-tema que designa por *The Historical Background to Conservation* (pp. 33 a 59).

³ Carta de Atenas, nº 1, 1931.

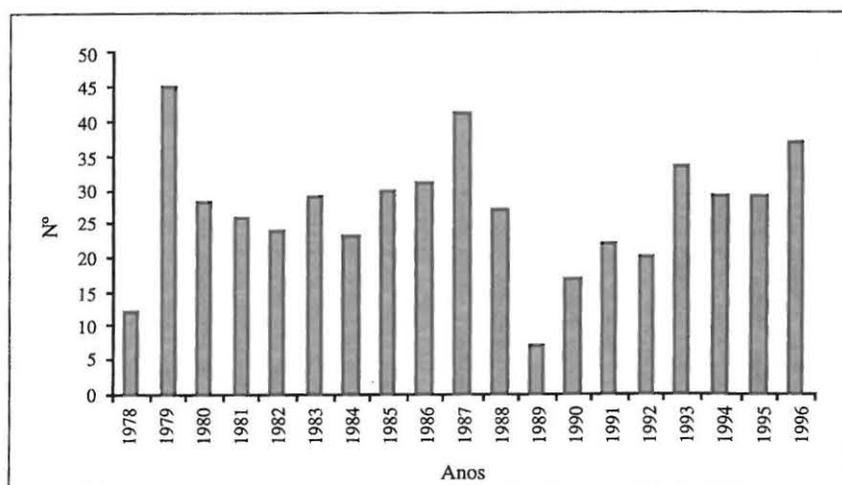


Fig. 1 – “Sítios” inscritos na lista do Património Mundial
 Fonte: Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais

salvaguarda dos conjuntos históricos e tradicionais (Nairobi, 1976). O Conselho Internacional dos Monumentos e dos Sítios (ICOMOS), uma ONG, promoveu os temas do Turismo Cultural (Bruxelas, 1976), dos Jardins Históricos (Florença, 1981) ou das Cidades Históricas (1987). De uma forma geral, a evolução destes documentos desde os anos trinta reflecte um aumento da abrangência evitando ignorar alguma componente do património, uma acentuada redução aos problemas do património monumental e a preocupação em introduzir um carácter dinâmico e relacional do património com as áreas envolventes, numa clara oposição ao carácter estático dos conceitos iniciais. Simultaneamente, adquirem maior destaque a importância da gestão de inventários, da constituição de zonas de protecção e reserva ou de aprofundamento de conhecimentos científicos.

3. MEMÓRIA, MONUMENTOS NACIONAIS E EXALTAÇÃO PATRIÓTICA EM PORTUGAL

No séc. XIX, Alexandre Herculano ao impulsionar uma nova concepção de história nacional, conferiu um papel de destaque aos monumentos nacionais, facto que ganhou especial expressão com a publicação dos Opúsculos entre

1872 e 1873 onde é utilizada a designação Monumentos Pátrios (ROSAS, 1995). Além disso, o processo de reforma das Belas-Artes começou também por lançar novas preocupações ao nível dos edifícios em especial aqueles com interesse para o País alargando assim a pertinência de uma problemática que ganhava novos adeptos, face às imensas rectificações e rearranjos urbanísticos de matriz positivista cuja “sanha destruidora” foi primorosamente glosada por Ramalho. Depois, a posse pelo Estado de numerosos edifícios passíveis de ser classificados como monumentos nacionais responsabilizava-o não só pela degradação como também pelas destruições que se sucederam à guerra civil, o que desembocará num processo que, iniciado em 1880, irá culminar, na sua fase inicial, com a apresentação *do relatório e mapa acerca dos edifícios que devem ser classificados monumentos nacionais*. A partir de 1882, são criadas comissões concelhias com o fim de inventariar os monumentos dignos de menção o que se arrastará até 16 de Junho de 1910, altura em que é publicada a lista dos monumentos nacionais, correspondendo à classificação de um pouco mais de 400 imóveis.

A questão do património foi essencial na génese e consolidação do Estado Novo. O nacionalismo exacerbado pós primeira guerra mundial, a já ancestral crise de identidade nacional e a instabilidade do período pós Sidonista, abrem o caminho a mobilizações por objectivos nacionalistas à imagem do que sucedia em Espanha e na Itália de Mussolini. Foi um dos meios de promover a exaltação nacional, de aproximar de uma imagem rústica de algumas áreas urbanas (a raça portuguesa encontra-se na quietude rural e não na degradação urbana que a corrompe), de promover a monumentalidade nos edifícios públicos, de fomentar uma linguagem arquitectónica de feição “nacional”, teorizada por Raúl Lino, mais tarde denominada de “português suave”, e que viria a interpor-se à fugaz difusão do modernismo dos anos 30. O patri-

biologiques ou par des groupes de telles formations qui ont une valeur universelle exceptionnelle du point de vue esthétique ou scientifique.

– les formations géologiques et physiographiques et les zones strictement délimitées constituant l’habitat d’espèces animale et végétale menacées, qui ont une valeur universelle exceptionnelle du point de vue de la science ou de la conservation.

– géologiques les sites naturels ou les zones naturelles strictement délimitées, qui ont une valeur universelle exceptionnelle du point de vue de la science, de la conservation ou de la beauté naturelle.

Convention pour la Protection du Patrimoine Mondial, Culturel et Naturel, 1972.

mónio deixa de ser apenas monumental, embora também o seja, e alarga-se à “conservação” da ruralidade, essência do lusitanismo.

No que respeita à primeira componente é determinante o papel desempenhado pela Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, criada em 25 de Maio de 1929, não só pela definição, mas também pelo consolidar e difundir de uma certa concepção de património edificado, aquela que tenta alimentar o imaginário nacionalista e trata de forma isolada o monumento, “desafogando-o” do tecido envolvente. Depois o Decreto nº 20985, de 20 de Julho de 1933, cria as figuras de *monumento nacional* e *interesse público*, acrescentado em 1949 da categoria dos valores concelhios.

A segunda componente move-se num registo complementar. Transparece na campanha pelo “ressurgimento étnico” (António Ferro) que através da busca das raízes portuguesas na ruralidade e da correlativa promoção da tradição popular procura criar e inculcar a ideia de especificidade nacional, assente na diversidade de culturas que emergem da proliferação de estudos etnológico-folcloristas coevos e cujo precipitado mais visível se plasmou na Exposição do Mundo Português de 1940. Nesta ruralidade a memória é essencialmente material, sendo quase imanente na sua referência territorial. Suficientemente diferente de Província para Província, é ao mesmo tempo definidora da pureza Minhota ou Alentejana, duma pureza depurada

e autêntica. Embora em Portugal, este novo desvendar do ruralismo sobre as sequelas do romantismo oitocentista, não tenha tido, a exemplo de outros países europeus, um papel decisivo para a génese do Estado-Nação, como é óbvio, foi, no entanto, essencial na formação de certas imagens da nacionalidade (SILVA, 1997).

Na evolução da classificação do património nacional, destacam-se para além do arranque inicial nos estertores da monarquia, o *pacote* de 1933, posterior à aprovação legislativa, numa fase de afirmação do Estado Novo, a exemplo do que aconteceu em 1977 numa fase de estabilização pós-revolucionária, incidindo sobre imóveis privados mas também evidenciando novos interesses, a exemplo do Parque Nacional da Peneda-Gerês. Em termos de produção legislativa, no pós 25 de Abril, destaca-se a Lei nº 13/85 do Património Cultural Português⁶, enquanto, a partir de 1994, as propostas de classificação com base nos PDM's adquirem especial evidência, consubstanciando a maturidade do municipalismo, ao que acresce, em 96 e 97, o impulso classificativo da política implementada pelo Ministério da Cultura (Fig. 2).

O património, tem-se portanto revelado como elemento simbólico indispensável à exaltação nacionalista dos valores pátrios, ainda que o papel de afirmação de mudança, também de regime, surja como uma evidência incontornável.

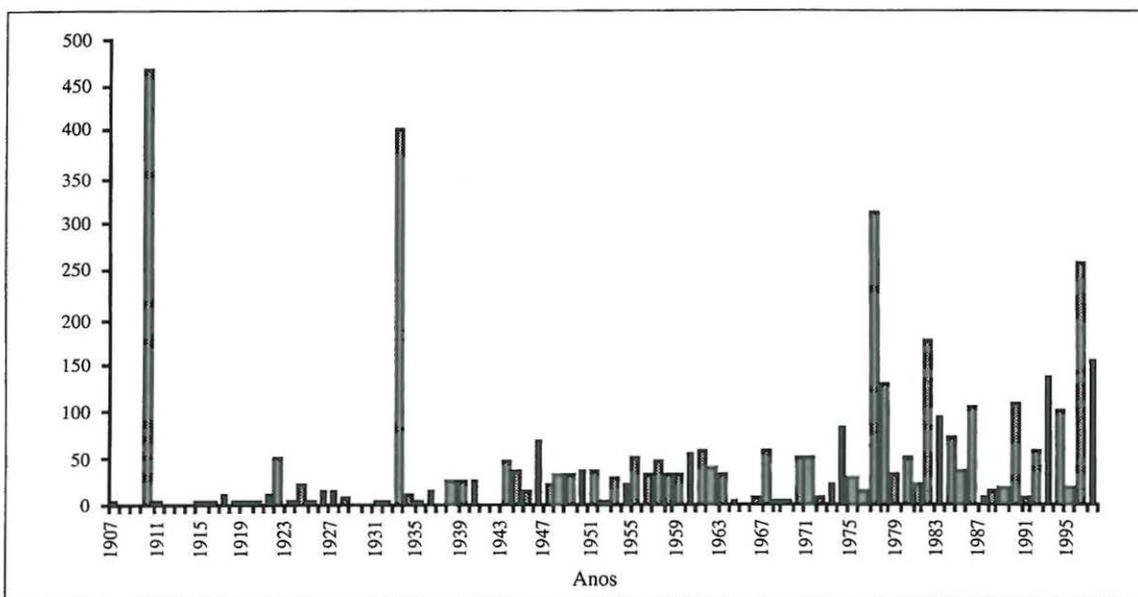


Fig. 2 – Intervenções regulamentares de protecção
 Fonte: Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais

⁶ Em Dezembro de 1996, o Ministério da Cultura, nomeou uma comissão com o objectivo de apresentar um projecto de proposta de Lei de

bases do património cultural. Em Março de 1998, foi concluída a fase de discussão pública do relatório intercalar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Livros e revistas

- AIRES-BARROS, Luís (1995) – *As grandes questões do Património cultural construído*. SPPC – Sociedade para a Preservação do Património Construído, Encontro Gestão e Tutela do Património Construído.
- CARTA DE ATENAS (1931) – *Conclusões da Conferência*.
- CARTA DE ATENAS (1964) – *Carta Internacional sobre a Conservação e o Restauro de Monumentos e Sítios*.
- CHOAY, Françoise (1965) – *L'urbanisme utopies et réalités*. Paris, Éditions du Seuil.
- CONSEIL DE L'EUROPE (1992) – *Convention Européenne pour la protection du patrimoine archéologique*. La Valetta.
- COSTA, Alexandre Alves e FERNANDES, Manuel Correia (1985) – “Património, renovação e desenvolvimento”. *Sociedade e Território*, Porto, Afrontamento, nº 2, Fev, pp. 68-73.
- FORTUNA, Carlos (org.) (1997) – *Cidade, Cultura e Globalização*. Oeiras, Celta Editora.
- GUILLAUME, Marc (1990) – “Invention et stratégies du patrimoine”. JEUDY, Henri Pierre (dir.) – *Patrimoines en folie*. «Conférences du séminaire “Patrimoines” 1987/89 – Collège International de philosophie», Éd. de la Maison des Sciences de l'homme, pp. 13-20.
- JEUDY, Henri Pierre (dir.) (1990) – *Patrimoines en folie*. “Conférences du séminaire “Patrimoines” 1987/89 – Collège International de philosophie”, Éd. de la Maison des Sciences de l'homme.
- LAGINHA, Manuel (1961) – “Renovação urbana”. *Colóquio Sobre Urbanismo*, Lisboa, Ministério das Obras Públicas, pp. 432-447.
- LARKHAM, Peter J. (1996) – *Conservation and the city*. London, Routledge.
- LATARJET, Bernard (1992) – *L'aménagement culturel du territoire*. Paris, DATAR, Ministère de la Ville et de L'Aménagement du Territoire.
- LEFEUVRE, Jean-Paul (1990) – “De la protection de la nature à la gestion du patrimoine naturel”. JEUDY, Henri Pierre (dir.) – *Patrimoines en folie*, «Conférences du séminaire “Patrimoines” 1987/89 – Collège International de philosophie», Éd. de la Maison des Sciences de l'homme, pp. 29-75.
- LOPES, Flávio (1996) – “Património Arquitectónico, A evolução do pensamento contemporâneo através da leitura de documentos internacionais”. Ministério da Cultura – *Cartas e Convenções Internacionais*, Lisboa, Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico (IPPAR), pp. 9-21.
- MARQUES, Helder e MARTINS, Luís (1995) – “Reestruturação vitícola e turismo no espaço rural da Ribeira Lima”. *VI Colóquio Ibérico de Geografia – Actas*, Porto, Publicações da Universidade do Porto, nº 2, vol. I, pp. 211-215.
- MARTINS, Luís (1993) – *Lazer, Férias e Turismo na organização do espaço no Noroeste de Portugal*. Porto, FLUP (Dissertação de Doutoramento – policopiado).
- MARTINS, Luís (1995) – “Humanismo, massificação e turismo exclusivo”. *Revista da Faculdade de Letras – Geografia*, Porto, I Série, vol X/XI, pp.127-139.
- OLIVEIRA, J. M. Pereira de (1983) – “A cidade do Porto como centro urbano histórico”, *Cadernos de Geografia*, Coimbra, nº 2, IEG, pp. 3-22.
- OLIVEIRA, J. M. Pereira de (1989) – “O património arquitectónico urbano à luz de um conceito de cultura viva e vivida”. *Cadernos de Geografia*, Coimbra, nº 8, IEG, pp. 127-131.
- OLIVEIRA, J. M. Pereira de e MARQUES, Helder (1992) – “A evolução urbanística do Núcleo Histórico do Porto” *VI Colóquio Ibérico de Geografia*.
- “Património, ambiente e reabilitação urbana: dossier” (1991). *Sociedade e Território*, Porto, 5 (14/15), pp. 8-104.
- PORTUGAL. Ministério da Cultura (1996) – *Cartas e Convenções Internacionais*. Lisboa, Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico (IPPAR).
- PORTUGAL. Ministério da Cultura (1996) – *Legislação Nacional*. Lisboa, Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico (IPPAR).
- PORTUGAL. Ministério da Cultura (1998) – *Proposta de Lei da Bases do Património Cultural, Relatório Intercalar*. Lisboa, 201 p.
- ROGER, Alain (dir.) (1995) – *La théorie du paysage en France (1974-1994)*. Editions Champ Vallon.
- ROGER, Alain (1997) – *Court traité du paysage*. s.l., Éditions Gallimard, Bibliothèque des Sciences Humaines.
- ROSAS, Lúcia Maria Cardoso (1995) – *Monumentos pátrios: a arquitectura religiosa medieval – património e restauro (1835-1928)*. Porto, 2 vol, Tese dout. Hist. de Arte, Univ. Porto.
- SANTOS, M. Lourdes Lima dos (coord.) (1995) – “Cultura e economia”. *Actas do Colóquio realizado em Lisboa, 9-11 de Novembro de 1994*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa.
- SHAW, Robert – “Reconstrução do centro das cidades”. *Colóquio Sobre Urbanismo*, Lisboa, Ministério das Obras Públicas, pp. 425-432.
- SILVA, Henrique Gomes da (1934) - “Monumentos Nacionais, Orientação técnica a seguir no seu restauro”. *I Congresso da União Nacional, Ano VIII, IV Vol.*, pp. 53-64.
- SILVA, Maria Alice Duarte (1997) – *Coleções e Antropologia, Uma relação variável segundo as estratégias de objectivação do saber*. Braga, Universidade do Minho, Dissertação de Mestrado (policopiado).

Virtuais

- Centro do património mundial da UNESCO:
<http://www.unesco.org/whc/patrimoi.htm>
- Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais:
<http://www.monumentos.pt/>